

Conjuntura CNseg

**Análise de
Mercado e
Projeções**

BASE DE DADOS:

SUSEP – ABRIL 2021

ANS – DEZEMBRO 2020



Economia
Brasileira



Desempenho
do Mercado
Segurador

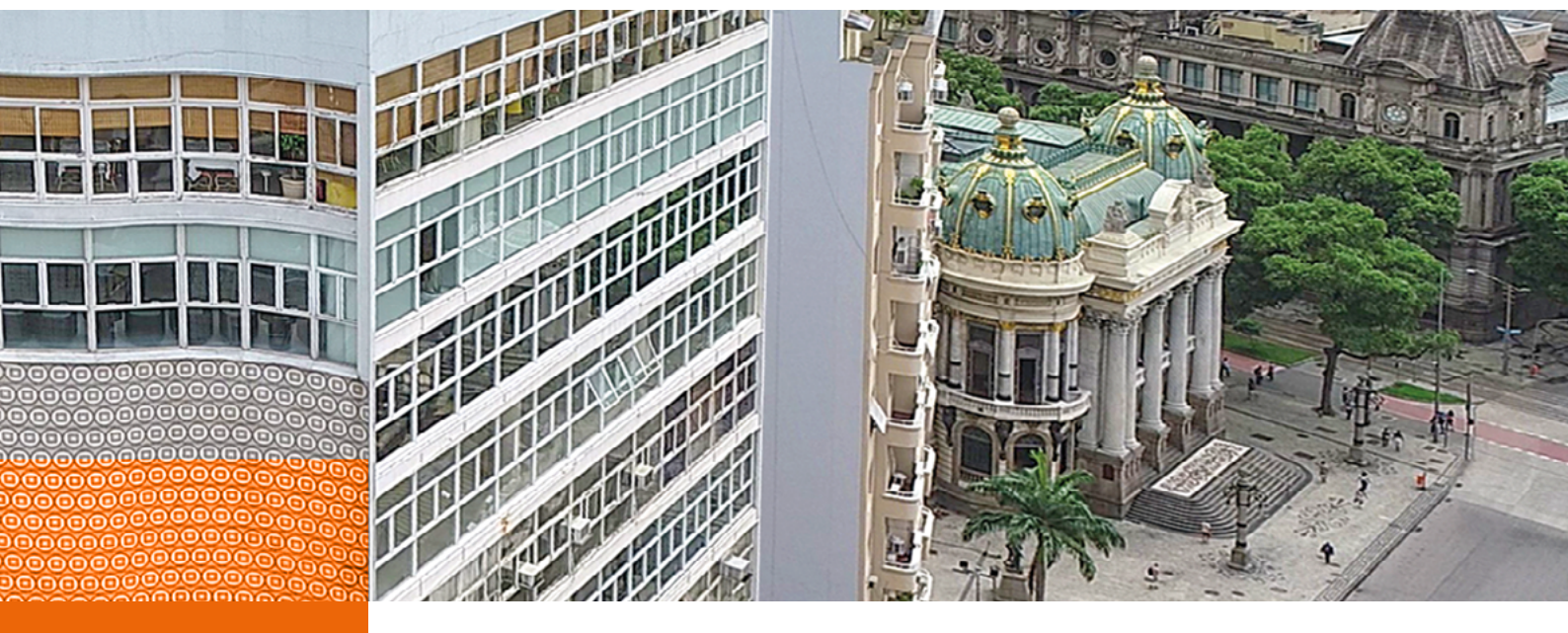


Projeção da
Arrecadação



Glossário

SUMÁRIO



■ APRESENTAÇÃO	3
----------------------	---

APRESENTAÇÃO

A CNseg

A Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg é uma associação civil, com atuação em todo o território nacional, que reúne as Federações que representam as empresas integrantes dos segmentos de Seguros, Previdência Privada Complementar Aberta e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

A CNseg tem como missão contribuir para o desenvolvimento do sistema de seguros privados, representar suas associadas e disseminar a cultura do seguro, concorrendo para o progresso do País.

A Conjuntura CNseg é uma análise mensal do estado dos segmentos de Seguros de Danos e Responsabilidades, Coberturas de Pessoas, Saúde Suplementar e Capitalização, com o objetivo de examinar aspectos econômicos, políticos e sociais que podem exercer influência sobre o mercado segurador brasileiro. Em meses de referência de fechamento de trimestre, esta publicação reúne também os Destaques dos Segmentos, a atualização das Projeções de Arrecadação, os Boxes Informativos Estatístico, Jurídico e Regulatório e o acompanhamento da Produção Acadêmica em Seguros.



ECONOMIA BRASILEIRA

Análise Conjuntural

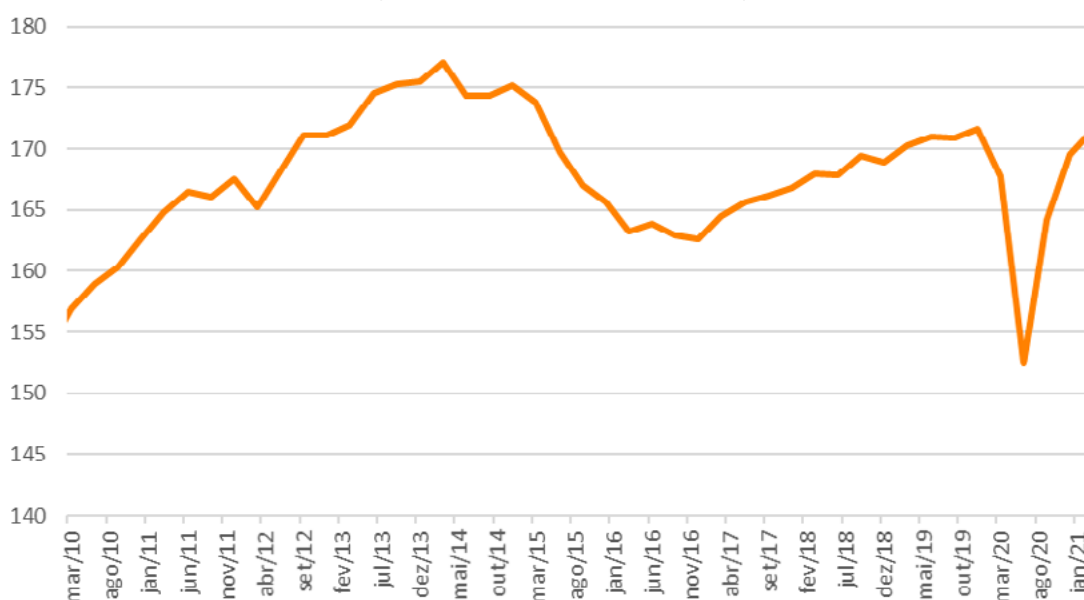
O último mês foi marcado por revisões positivas nas projeções para o crescimento do PIB, na esteira da divulgação de uma série de indicadores de atividades econômicas que mostraram que a economia, no início deste ano, teve um desempenho melhor que o esperado, apesar da forte segunda onda da pandemia da Covid-19.

A divulgação do PIB do primeiro trimestre, que cresceu 1,2% em relação aos últimos três meses do ano passado, corroborou e intensificou tais movimentos. Como já vínhamos alertando há meses neste espaço e nos comentários de Acompanhamento das

Expectativas Econômicas¹, as projeções anteriores, mesmo antes da surpresa positiva com os dados do primeiro trimestre, já poderiam ser consideradas excessivamente pessimistas, por estarem abaixo do carregamento estatístico, de 3,6%. Isto é, tal taxa de crescimento estaria garantida em 2021, por conta do cálculo usual do crescimento do PIB, baseado na média anual, mesmo que o PIB não crescesse ao longo deste ano. Com o bom desempenho no primeiro trimestre, esse carregamento agora garante um crescimento de 4,9% e, por essa razão, projeções de crescimento superiores a 5% se tornam cada vez mais comuns.

BRASIL: PIB TOTAL DESSAZONALIZADO

(ÍNDICE: MÉDIA 1995 = 100)



Fonte: IBGE

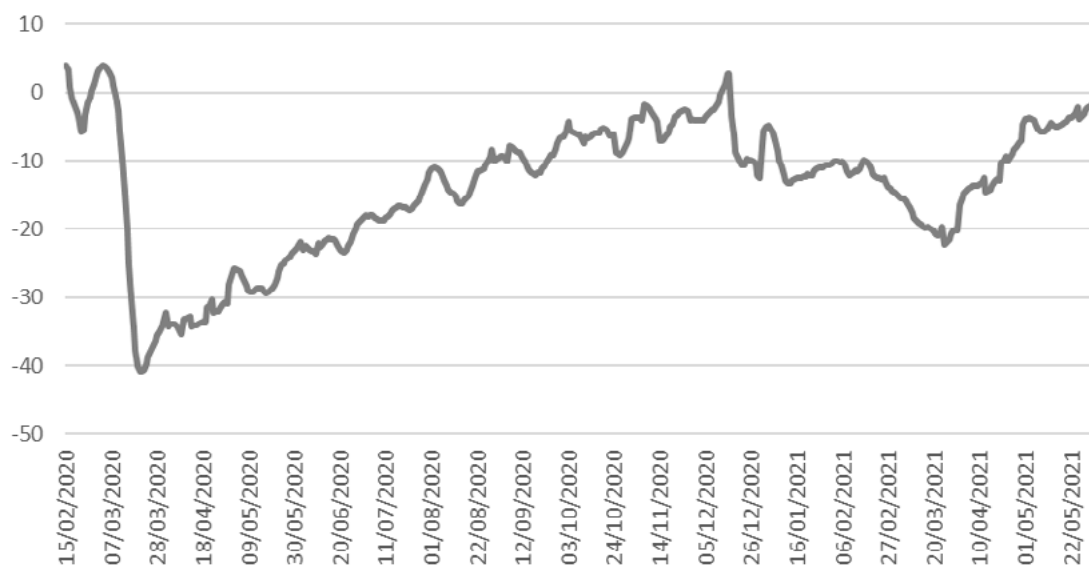
Nota: 1 Comentários baseados nas projeções macroeconômicas compiladas semanalmente do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, disponíveis no site da CNseg (<https://cnseg.org.br/estatisticas/expectativas-economicas.html>)

O que se constata é que, apesar da maior severidade da segunda onda da pandemia, não apenas a adesão às medidas de isolamento e às restrições a atividades econômicas foi menor, como provavelmente a relação (ou “elasticidade”, na linguagem dos economistas) entre isolamento e atividade

econômica também se tornou menos intensa, dado que parece haver maior facilidade, por parte das famílias e empresas, em conviver e operar com as restrições impostas. Isto é, tem havido um “aprendizado” no lidar com a pandemia que tem ajudado nesses resultados.

MOBILIDADE EM VAREJO E LAZER, MERCADOS, FARMÁCIAS, PARQUES, ESTAÇÕES DE TRANSPORTE PÚBLICO E LOCAIS DE TRABALHO

MÉDIA MÓVEL DE 7 DIAS



Fonte: Google Community Mobility Report

No entanto, a recuperação da economia desde seu pior momento no segundo trimestre do ano passado tem sido desigual, com desempenho melhor da indústria e do agronegócio em comparação com vários segmentos do setor de serviços, especialmente os serviços prestados às famílias. Por isso, o resultado mais recente da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) é especialmente positivo, ao mostrar evolução de 0,7% em abril, com forte crescimento nos serviços prestados às famílias. Na margem, os serviços devem se beneficiar com a reabertura e a demanda “reprimida”, alimentada pelo gasto da poupança precaucional acumulada pelas classes média e alta ao longo do ano passado. A indústria se beneficiou do aumento

da demanda por bens industriais, mas tem sofrido por conta do aumento de preços ou mesmo escassez de insumos, tendo em abril sua terceira queda consecutiva (-1,3%, na série livre de efeitos sazonais). O comércio varejista, que se beneficiou durante a pandemia com o isolamento e o consequente deslocamento de gastos antes destinados aos serviços e com a manutenção da renda da população com o auxílio emergencial e programas de permanência no emprego, tem tido uma evolução errática. Depois de forte queda em março, voltou a crescer com força em abril (+1,8%, segundo a PMC).

No entanto, é difícil imaginar que o consumo das

famílias – que teve um desempenho relativamente fraco no PIB do primeiro trimestre – possa se sustentar por muito tempo com o mercado de trabalho tão fragilizado. O PIB voltou ao nível pré-pandemia enquanto a ocupação, medida pela PNADc, encontra-se 7,1% menor no trimestre encerrado em março último em relação ao mesmo período do ano passado (são 6,6 milhões de ocupados a menos). Podemos estar diante de uma *"jobless recovery"*, no jargão dos economistas, uma recuperação sem emprego, agravada pela grande desigualdade brasileira, que se manifesta também como desigualdade de produtividade: dos milhões de pessoas a menos na força de trabalho, a maioria estava empregada em serviços de baixa produtividade, em grande parte informais. Por isso, a renda que geravam faz pouca diferença no crescimento agregado da economia, que se recupera, ao menos neste primeiro momento, em setores menos intensivos em mão de obra e de maior produtividade (como a agropecuária e os serviços financeiros, tecnológicos e de informação). A poupança precaucional acumulada pelas classes mais favorecidas, aliada à extensão do auxílio emergencial – já confirmada pelo ministro da Economia até outubro –, pode dar sustentação aos resultados mais positivos do curto prazo, enquanto as condições econômicas se normalizam com o avanço da vacinação, que vem sendo acelerada nas últimas semanas. Assim, seria possível vislumbrar, de fato, um cenário mais positivo para a economia.

Apesar disso, ainda há muitas fontes de incerteza que não podem ser ignoradas. Nas últimas semanas, a delicada situação dos reservatórios hídricos acendeu um sinal de alerta, dado que cerca de 60% da matriz elétrica nacional é de usinas hidrelétricas. A permanência de condições hidrológicas adversas levanta temores que vão desde os impactos na inflação – que já se encontra pressionada – com o acionamento da bandeira vermelha 2 em junho e a possibilidade de um aumento adicional, a restrições no uso da água pelo setor mais dinâmico da economia, a agropecuária, e até mesmo, racionamento. Outra fonte de incerteza continua a ser a questão fiscal. Após a solução política considerada satisfatória para a questão do orçamento de

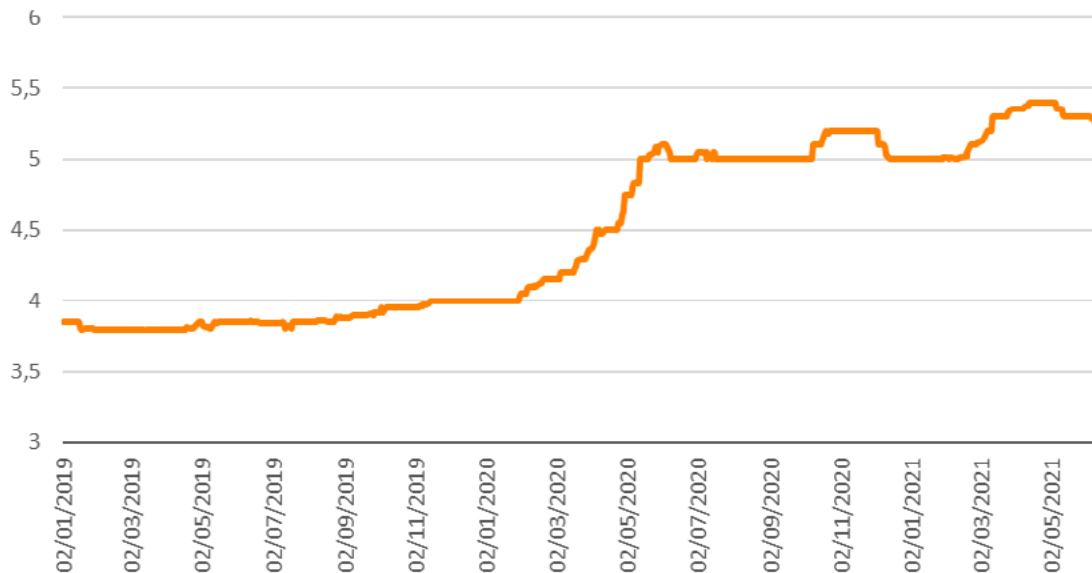
2021, a percepção de risco fiscal vem diminuindo gradativamente. Agora, a inflação mais alta que o esperado aumenta a arrecadação real do governo e tende a reduzir a razão Dívida/PIB – indicador mais utilizado como medida de sustentabilidade fiscal –, via aumento do PIB nominal. Além disso, a intensa redução da Selic no combate aos efeitos econômicos da pandemia levou a uma redução do gasto com o pagamento de juros. No entanto, ambos os fatores tendem a ser temporários, com a Selic sendo elevada justamente para conter a inflação. De acordo com o IBGE, o IPCA teve, em maio, alta de 0,83%, resultado consideravelmente acima do esperado pelos analistas, aumentando os temores quanto a uma *"desancoragem"* das expectativas da inflação para além de 2021, ano para o qual já se encontram acima do teto da meta. A inflação oficial acumulada em 12 meses ficou em 8,06%.

Com a decisão de aumentar a Selic em 0,75p.p., levando-a a 4,25%, o Banco Central também sinalizou em seu comunicado que deixou de lado a busca por um ajuste *"parcial"* do estímulo monetário – como vinha sinalizando até então – e passará a buscar um ajuste que leve a Selic a um patamar considerado neutro, e não mais estimulativo, deixando de caracterizar a alta da inflação como temporária. Isso se torna ainda mais relevante quando, no mesmo dia, o Fed, em sua decisão de política monetária, adotou um tom mais *"hawkish"* (de política monetária menos expansionista) que o esperado nas projeções de seus dirigentes.

Uma evidência de que a questão fiscal ainda está longe de ser resolvida, apesar do alívio de curto prazo, é o que ocorre com as expectativas para a taxa de câmbio, que se mantêm acima de todas as medidas de câmbio *"justo"* ou *"de equilíbrio"*, obtidas com as mais diversas metodologias, apontando que o real deveria estar cotado entre R\$/US\$ 3,50 e R\$/US\$ 4,50. Ainda que as expectativas para o câmbio ao final deste ano estejam em queda, elas permanecem consideravelmente acima desses níveis e acima também da taxa de câmbio corrente – que voltou a ficar ao redor dos R\$/US\$ 5,00.

EXPECTATIVA FOCUS PARA A TAXA DE CâMBIO

(R\$/US\$ - MEDIANA - FIM DO ANO - PARA 2021)



Fonte: IBGE

A economia brasileira teve um desempenho melhor do que se esperava no início deste ano. Abre-se, assim, uma janela de oportunidades para que a agenda de reformas avance e os fundamentos econômicos melhorem, na esteira da ampliação da vacinação contra a Covid-19, de um maior crescimento global e da forte demanda pelos produtos tipicamente exportados pelo País. No entanto, há ainda muitas incertezas no horizonte e a questão fiscal, grande fragilidade da economia brasileira, está longe de ser resolvida. Além disso, indicadores como o IBC-Br, do Banco Central, e o Monitor do PIB, da FGV, apontam para uma retração da economia em abril, deixando claro que a atual recuperação ainda é frágil. Por fim,

é importante frisar que muitas das análises que estão sendo feitas acerca do bom desempenho econômico nos primeiros meses do ano são baseadas em dados dessazonalizados, ou seja, dados que passam por tratamento estatístico para excluir os efeitos das flutuações típicas de cada época do ano. Em geral, esses efeitos pouco mudam de um ano para o outro. Entretanto, a confiabilidade nas metodologias de dessazonalização é menor quando muitos eventos atípicos (e, portanto, de difícil modelagem) ocorrem, a exemplo das alterações dos padrões econômicos causados pela pandemia. Há espaço para otimismo, mas são inúmeras as razões para que seja um otimismo extremamente cauteloso.

Acompanhamento das Expectativas Econômicas

(data de corte: 14/06/2021)

O resultado melhor que o esperado do PIB do primeiro trimestre deste ano, os sinais discretos, mas positivos, do andamento da agenda de reformas no Congresso, uma folga nos resultados fiscais (ainda que temporária, por ser em grande parte causada pela inflação mais alta que as estimativas) e preocupações adicionais com a dinâmica dos preços deram a tônica dos movimentos das projeções dos analistas consultados no Relatório Focus, do Banco Central no último mês. Nesse contexto, a projeção para o crescimento do PIB em 2021 saltou de 3,45% para 4,85%. Para 2022, entretanto, a projeção caiu de 2,38% para 2,20%, deixando claro que muito do avanço da projeção está mais relacionado com questões estatísticas do que com reais expectativas de melhor desempenho econômico, ao menos por enquanto. Com a inflação mais alta e mais persistente que o esperado e sinais melhores do que o esperado para a atividade econômica, as projeções para a Selic ao final deste ano subiram de 5,50% para 6,25%. Para 2022, permaneceram em 6,5%. Isso se justifica pela projeção para o IPCA este ano, que deu um salto de 5,15% para 5,82% nas últimas quatro semanas. Para 2022, também subiu, de 3,64% para 3,78%. Ou seja, a projeção já é de estouro do teto da meta estabelecida pelo CMN este ano (5,25%) e de que esteja acima do centro da meta no ano que vem (3,5%).

Notas	Variável	Realizado 2020	Realizado 2021	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2021					Valores projetados para 2022				
					Hoje	Última semana	4 semanas	13 semanas	Início do ano	Hoje	Última semana	4 semanas	13 semanas	Início do ano
					11/06/21	04/06/21	14/05/21	12/03/21	08/01/21	11/06/21	04/06/21	14/05/21	12/03/21	08/01/21
3	PIB	-4,06%	0,95%	-3,76%	4,85%	4,36%	3,45%	3,23%	3,41%	2,20%	2,31%	2,38%	2,39%	2,50%
2	Produção Industrial (quantum)	-4,46%	10,47%	1,13%	6,11%	6,10%	5,50%	4,69%	4,78%	2,50%	2,40%	2,25%	2,38%	2,45%
3	PIB Indústria	-3,48%	3,01%	-2,70%	5,39%	5,17%	4,50%	4,32%	4,05%	2,24%	2,24%	2,01%	2,26%	2,28%
3	PIB de Serviços	-4,47%	-0,80%	-4,51%	3,96%	3,75%	3,14%	3,15%	3,28%	2,20%	2,20%	2,45%	2,45%	2,50%
3	PIB Agropecuário	1,96%	5,19%	2,35%	3,58%	3,12%	2,21%	2,31%	2,42%	2,45%	2,45%	2,38%	2,54%	3,00%
1	IPCA	4,52%	3,22%	8,06%	5,82%	5,44%	5,15%	4,60%	3,34%	3,78%	3,70%	3,64%	3,50%	3,50%
1	IGP-M	23,14%	14,41%	37,06%	18,87%	18,81%	15,51%	11,02%	4,60%	4,56%	4,50%	4,15%	4,03%	4,00%
1	SELIC	1,90%	3,29%	2,19%	6,25%	5,75%	5,50%	4,50%	3,25%	6,50%	6,50%	6,50%	5,50%	4,75%
1	Câmbio	5,20	5,23	5,45	5,18	5,30	5,30	5,30	5,00	5,20	5,30	5,35	5,20	4,90
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	62,70%	60,53%	59,85%	62,10%	62,48%	63,50%	65,00%	64,95%	64,32%	64,40%	66,00%	66,20%	66,80%
2	Conta Corrente (em US\$ bi)	-24,07	-9,72	-12,39	-0,27	-1,08	-1,00	-11,00	-16,00	-18,60	-18,60	-20,00	-19,70	-29,05
2	Balança Comercial (em US\$ bi)	32,37	5,48	33,78	68,00	68,00	64,00	55,00	55,00	60,00	60,35	56,52	50,00	50,00
2	Investimento Direto no País (em US\$ bi)	34,17	21,25	41,17	58,90	57,65	55,01	52,50	60,00	66,99	65,70	63,50	60,00	70,00
1	Preços Administrados	2,61%	6,85%	13,09%	9,05%	8,27%	8,12%	6,15%	4,02%	4,40%	4,25%	4,30%	3,97%	3,69%

Fontes: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE). Data de corte: 14/06/2021

Notas: 1- dados até março/21; 2- dados até fevereiro/21; 4-dados até dezembro/20.

Este comentário não deve ser interpretado como recomendação de compra ou venda de qualquer instrumento financeiro, ou de participação em qualquer estratégia de negócios. A CNseg não se responsabiliza por ações tomadas com bases nas informações aqui contidas e por eventuais perdas desses atos. Este material é para uso exclusivo de seus destinatários e não pode ser reproduzido ou redistribuído, no todo ou em parte, sem o prévio consentimento da CNseg.

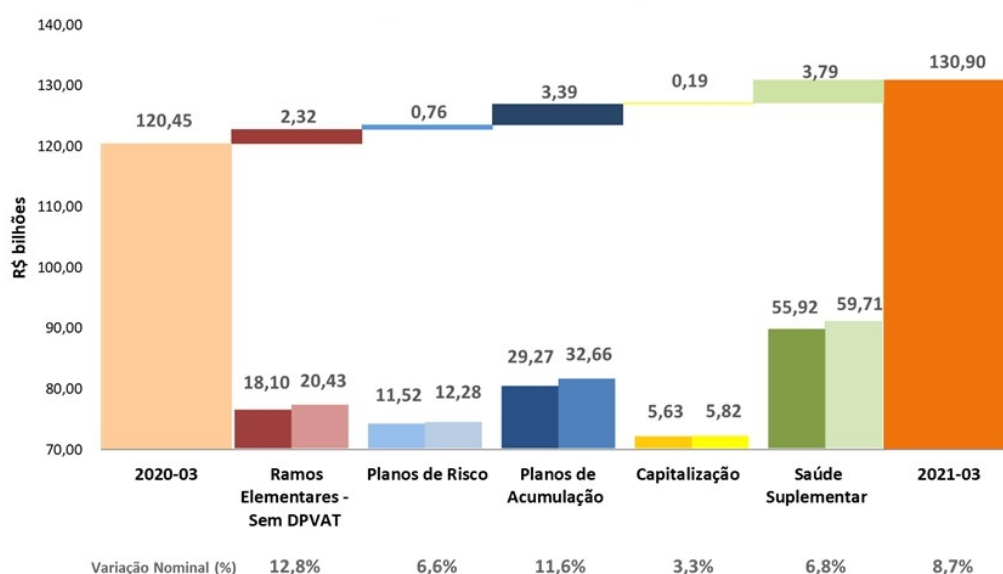
DESEMPENHO DO MERCADO SEGURADOR

Setor de Seguros no 1º trimestre de 2021

A ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) divulgou recentemente os dados de Saúde do primeiro trimestre de 2021 e, com isso, é possível apresentar um panorama completo do desempenho do setor de seguros neste período. Assim, o setor segurador (sem DPVAT) arrecadou o montante de R\$ 130,9 bilhões em contraprestações líquidas, prêmio direto de seguro, contribuições de previdência e faturamento de capitalização, nos primeiros três meses de 2021, montante 8,7% superior ao mesmo período de 2020.

Comparação da arrecadação acumulada entre períodos

1º trimestre, R\$ bilhões, por segmento



Fontes: Susep e ANS

Setor de Seguros (sem Saúde e sem DPVAT) em abril de 2021

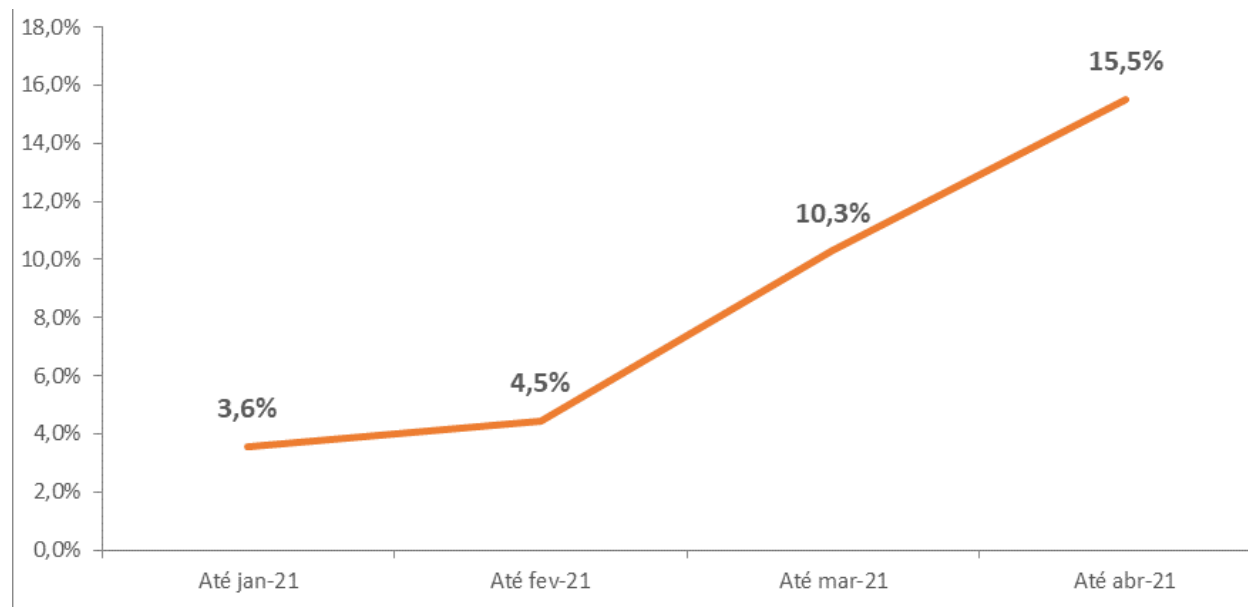
Pela ótica mensal, o valor arrecadado em abril foi de R\$ 21,5 bilhões (sem Saúde e sem DPVAT), um crescimento de 36,8% em relação ao mesmo período de 2020. O referido resultado pode ser explicado pela baixa arrecadação registrada em abril de 2020 (R\$ 15,7 bilhões, -26,5% em relação a abril de 2019), a menor dos últimos 5 anos, sendo este o primeiro mês com grande impacto da pandemia no País. Conforme mostra o gráfico a seguir, a inclusão dos dados de abril influenciou fortemente o resultado acumulado no ano que,

no primeiro quadrimestre, cresceu 15,5% em relação ao mesmo período de 2020 e somou o valor de R\$ 92,7 bilhões.

Em relação ao pagamento de sinistros, indenizações, benefícios, resgates e sorteios, o volume alcançou o montante de R\$ 16,0 bilhões, valor 37,3% maior do que o de abril do ano passado, sem considerar Saúde e DPVAT. Já no primeiro quadrimestre do ano, os R\$ 59,7 bilhões superaram em 12,5% o total pago no mesmo período do ano anterior.

■ Arrecadação: Evolução da taxa de variação acumulada em 2021

sem Saúde e sem DPVAT



Fonte: Susep

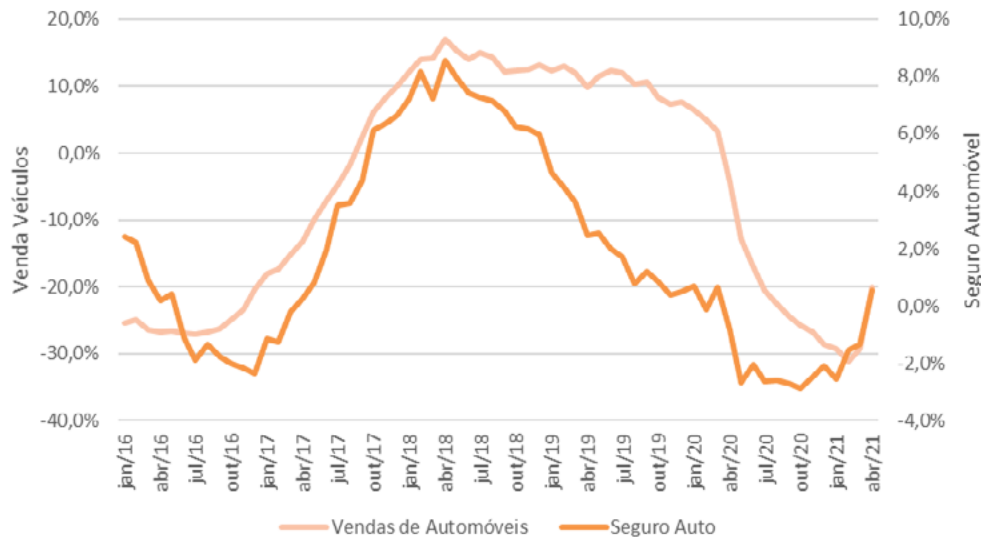
Todos os segmentos mostraram melhor desempenho em relação ao mesmo mês do ano anterior, com destaque para Cobertura de Pessoas que avançou 59,3% neste período, com um volume de arrecadação de R\$ 13,3 bilhões, mantendo o desempenho positivo observado em março (31,8%, em relação a março de 2020). Já o segmento dos seguros de Danos e Responsabilidades manteve o crescimento na casa dos dois dígitos e avançou 11,2% sobre os prêmios de abril de 2020. Em Capitalização, foi registrado um aumento de 12,4% (R\$ 1,8 bilhão) no faturamento, o que sedimenta a recuperação do segmento depois de um resultado negativo no último trimestre de 2020 (-8,3% em relação ao mesmo período de 2019) e no início de ano (-1,5% na comparação entre janeiro de 2021 e 2020).

Dentro do segmento dos seguros de Danos e Responsabilidades, o Automóvel se recupera

lentamente dos efeitos da pandemia, ainda que, como se observa no gráfico a seguir, pelo menos desde 2018 esse desempenho parece estar menos atrelado à dinâmica do mercado de automóveis. Em relação a abril do ano passado, o crescimento da arrecadação do seguro Automóvel foi de 7,8%, mas vale dizer que isso ocorre sobre uma base deprimida pelos primeiros efeitos da pandemia nesse mercado. O mesmo pode ser dito sobre a venda de automóveis, que caiu muito no início da pandemia e, em abril, apresentou alta de 223% sobre o mesmo mês do ano passado (127,5 mil vs. 39,5 mil unidades vendidas). No entanto, ao estendermos a análise para um prazo mais longo, pré-pandemia, vemos que a arrecadação do seguro Automóvel está praticamente sem crescimento desde 2018. Em relação a abril de 2019, ou seja, o último mês de abril antes da pandemia, a arrecadação foi 9,6% menor.

Prêmio seguro Automóvel e venda de veículos

Var % acumulada em 12 meses



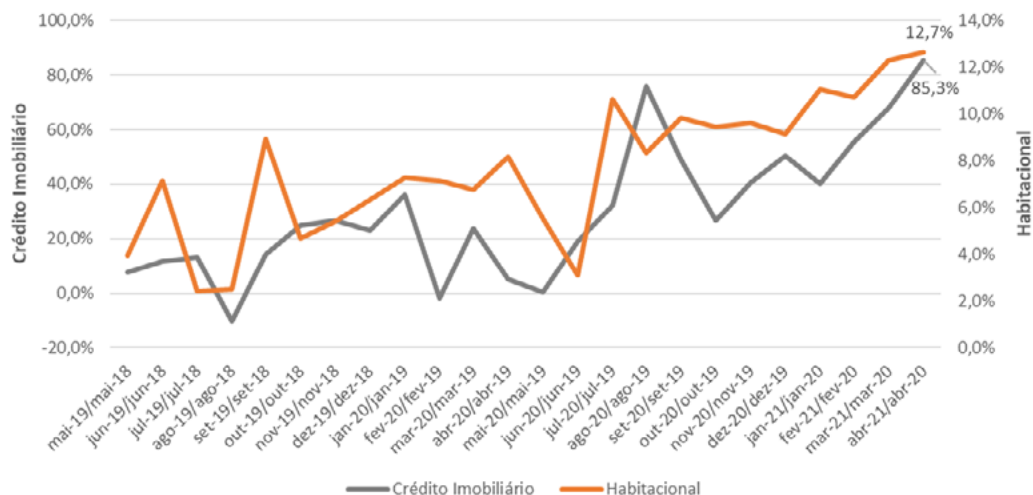
Fontes: Susep e Fenaban

O resultado recorde nas concessões de crédito imobiliário a pessoas físicas vem impulsionando o seguro Habitacional. Segundo dados do Banco Central, em abril de 2021, as concessões de crédito para pessoa física destinadas ao financiamento imobiliário apresentaram resultado recorde na comparação com o mesmo mês do ano anterior, de 85,3%. A arrecadação do seguro Habitacional, que mantém forte relação com o montante de financiamento imobiliário,

apresentou um crescimento de 12,7% em seus prêmios em relação a abril de 2020 – melhor resultado desde junho de 2017, alcançando a marca de R\$ 408 milhões. As perspectivas para o produto ainda são positivas, pois, mesmo com o aumento da Selic, especialistas acreditam que isso não terá grandes reflexos nesse setor por ainda existirem diversas modalidades de financiamento como, por exemplo, taxas préfixadas e atreladas à poupança.

Evolução do seguro Habitacional e do crédito Imobiliário

Var %



Fontes: Susep e BCB

Ainda sobre o segmento dos seguros de Danos e Responsabilidades, os seguros de Transporte arrecadaram R\$ 341,8 milhões em prêmios em abril, representando um avanço de 30,5% sobre o volume observado no mesmo mês de 2020.

O índice que mede o fluxo de veículos nas rodovias do País, calculado e divulgado pela Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), avançou 30,9% em abril de 2021 em relação ao mesmo mês de 2020. Este é o melhor resultado da série desde maio de 2019, quando a base comparativa era o mês de início da greve dos caminhoneiros (maio de 2018). O referido índice pode, sem um grande rigor técnico, ser considerado como antecedente à evolução do seguro de Transportes, ou seja, um movimento específico no índice para um mês exerce reflexo no resultado do seguro para o mês seguinte (gráfico abaixo). Com o retorno do fluxo de veículos pesados nas rodovias ajudando a impulsionar esse tipo de seguro, é coerente inferir que as perspectivas para o próximo mês continuam positivas para o produto.

A arrecadação dos seguros que compõem o grupo Patrimonial registrou tímida retração em abril (-0,8% em relação a abril do ano passado) após 10 meses consecutivos apresentando resultado positivo. O grupo arrecadou, em abril, R\$ 1,2 bilhão. Tal redução foi impulsionada pelos seguros Condominial, Grandes Riscos e Riscos de Engenharia, que arrecadaram, respectivamente, 15%, 32% e 14,1% a menos que em abril de 2020. Por outro lado, com forte influência da adoção do teletrabalho por parte das empresas devido à pandemia da Covid-19, o seguro Residencial manteve seu bom desempenho em abril, com crescimento de 26,0% em relação a abril passado. Esse resultado reforça a crescente necessidade da população em se proteger contra eventuais danos ao seu patrimônio que, no caso do Residencial, ainda conta com assistência 24 horas emergencial para eletricitista, encanador, entre outros, e, de conveniência, para check-up residencial, limpezas específicas etc.

O grupo dos seguros de Crédito e Garantia, em abril, teve uma redução de 11,9% em relação ao mesmo mês do ano anterior, com um total de R\$ 397 milhões em prêmio direto. Mesmo com essa forte queda no mês, no acumulado do ano, o grupo ainda arrecadou

7,0% a mais que o mesmo período de 2020, somando R\$ 1,7 bilhão em prêmios.

O seguro Rural, conforme já mencionado neste espaço, vem mantendo seu protagonismo em termos de resultado para o segmento dos seguros de Danos e Responsabilidades. Em abril de 2021, arrecadou R\$ 791,9 milhões, um avanço de 50,7% em relação a abril do ano passado – melhor resultado para a métrica desde março de 2020 (75,2%). E, diferentemente do que se observa para outros produtos do setor e, também, para muitos indicadores macroeconômicos e setoriais, não se pode atribuir o tamanho do crescimento a uma base de comparação comprimida pela emergência da crise da Covid-19. O desempenho do produto tem sido constantemente forte nos últimos anos, inclusive ao longo de 2020, quando apresentou uma média mensal de crescimento interanual de quase 30%.

O segmento de Cobertura de Pessoas, conforme já mencionado, foi um dos principais impulsionadores do desempenho do setor segurador em abril. O grupo dos Planos de Risco arrecadou R\$ 4,1 bilhões, fechando o mês com 24,3% de aumento na arrecadação, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Trata-se do maior crescimento interanual desde junho de 2013. No primeiro quadrimestre do ano, o grupo arrecadou R\$ 15,8 bilhões, representando um avanço de 11,5% em relação ao mesmo período de 2020.

O seguro Prestamista, depois de um primeiro trimestre tímido, com crescimento de 4,1% em relação ao mesmo período de 2020, começa a se beneficiar de uma base comparativa mais depreciada, apresentando evolução de 34,5% (R\$ 1,3 bilhão) na comparação entre abril de 2021 e 2020. O referido resultado também pode ser confrontado com os dados de concessões de crédito a pessoas físicas disponibilizados pelo Banco Central, que sofreram o mesmo impacto: com um início de ano mais brando (evolução média de 4,9% ao mês) e, em abril, apresentaram crescimento de 43,1% na comparação mensal interanual.

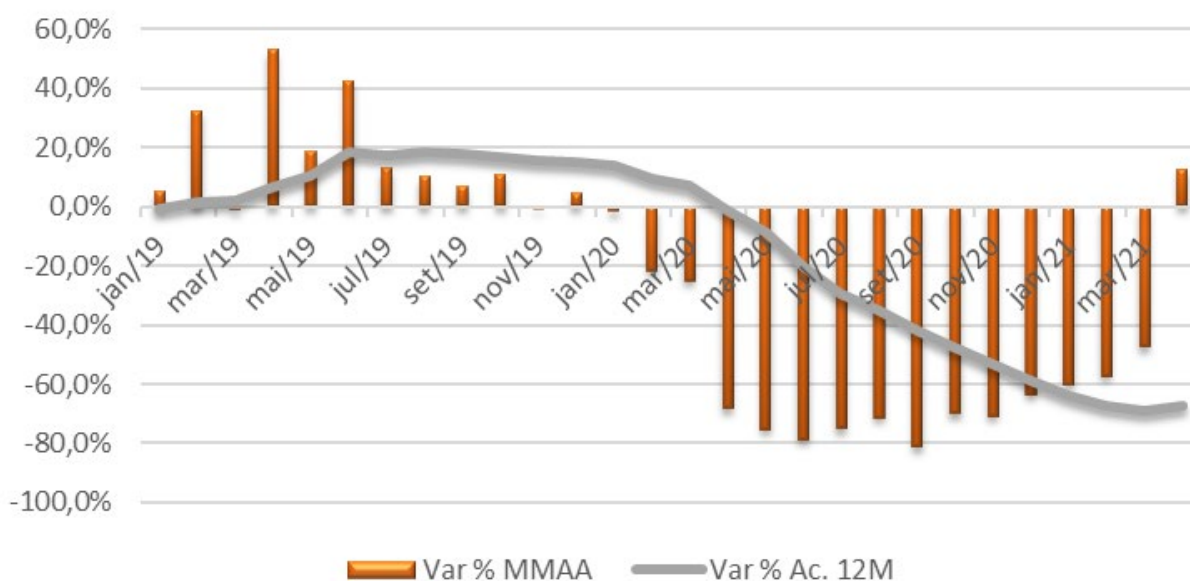
Mesmo com o recrudescimento da pandemia no começo deste ano, a retomada de muitas atividades que haviam sido restringidas é um fato que ficou claro nos indicadores econômicos e no PIB do primeiro trimes-

tre. Não apenas o grau de adesão às medidas de isolamento tem sido menor, como a relação entre isolamento e atividade parece mais fraca que há um ano, o que faz sentido, pois as pessoas “têm aprendido” a lidar melhor com a Covid-19.

Isso parece estar acontecendo com o seguro Viagem, que, em abril, teve seu primeiro crescimento

interanual desde dezembro de 2019, com variação positiva de 12,5% em relação ao mesmo mês do ano passado (R\$ 15,7 milhões vs. R\$ 13,9 milhões). Em 12 meses, a queda ainda é muito grande, de 67,3% (R\$ 176,3 milhões vs. R\$ 538,5 milhões), mas houve melhora em relação a março, quando a queda por essa métrica chegou ao seu máximo, registrando -69,3%.

■ Seguro Viagem



Fonte: Susep

Os Planos de Acumulação, também do segmento Coberturas de Pessoas, cresceram superlativos 86,3% em relação ao mesmo período de 2020 (R\$ 8,9 bilhões vs. R\$ 4,8 bilhões), impulsionados, principalmente, pelos planos da Família VGBL, que arrecadaram R\$ 8,1 bilhões no mês (96,8% a mais que as contribuições do mesmo mês em 2020). Os planos da Família PGBL apresentaram evolução de 20,2% no mesmo mês, com arrecadação de R\$ 788,7 milhões. As provisões técnicas dos Planos de Acumulação aumentaram 8,0% em abril sobre abril do ano anterior, totalizando R\$ 971,0 bilhões.

Os títulos de Capitalização, depois de um início de ano apresentando queda no seu faturamento (-1,5%, na comparação entre janeiro de 2020 e 2021), em abril, avançaram 12,4% sobre o

montante registrado em abril/20. O crescimento ratifica a melhora da performance do segmento que já havia apresentado resultados positivos nos meses de fevereiro e março, na comparação com os mesmos meses do ano anterior (6,6% e 5,2%, respectivamente). As provisões técnicas do segmento somaram R\$ 32,5 bilhões em abril, resultado 5,7% superior àquele de 2020. Já a captação líquida registrada em abril, foi de R\$ 285,1 milhões, um crescimento expressivo de 61,3% em relação a abril passado.

Saúde Suplementar

Com dados contábeis disponibilizados até o primeiro trimestre de 2021, o segmento de Saúde Suplementar já acumula R\$ 59,7 bilhões em contraprestações líquidas, representando um crescimento de

6,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os planos médico-hospitalares, carro-chefe do segmento, atingiram o seu maior volume em arrecadação: R\$ 58,3 bilhões (6,8% superior ao montante observado no mesmo período de 2020). Com menor representatividade em termos de arrecadação, os planos odontológicos avançaram 3,9% (R\$1,4 bilhão) sobre as contraprestações líquidas do primeiro trimestre de 2020.

As despesas assistenciais aumentaram, no primeiro trimestre do ano, 8,7% em relação ao mesmo trimestre de 2020, com R\$ 47,1 bilhões pagos. Enquanto os planos médico-hospitalares registraram crescimento de 8,8%, na mesma comparação, os planos

odontológicos apresentaram redução de 3,5%.

Em relação aos dados de beneficiários referentes a abril de 2021, os planos médico-hospitalares tiveram alta de 2,2% na comparação interanual, uma contabilização de mais de 1 milhão de novos vínculos. Com isso, essa modalidade passou a contar com 48,1 milhões brasileiros, atingindo o maior número dos últimos cinco anos. Na comparação entre janeiro e abril deste ano, houve um leve crescimento de 0,9% que foi impulsionado pelos planos coletivos empresariais, conforme tabela abaixo, em harmonia com os dados do CAGED que registraram a criação de quase 1 milhão de empregos formais no primeiro quadrimestre do ano.

Beneficiários de planos médico-hospitalares por tipo de contratação.					
TIPO DE CONTRATAÇÃO	ABR/20	JAN/21	ABR/21	% VARIAÇÃO	
				ABR/21 A JAN/21	ABR/21 A ABR/20
Individual ou familiar	8.969.349	9.037.741	8.984.857	-0,6	0,2
Total de coletivos	37.996.777	38.563.236	39.053.109	1,3	2,8
Coletivo empresarial	31.780.108	32.264.832	32.779.640	1,6	3,1
Coletivo por adesão	6.216.228	6.297.980	6.273.047	-0,4	0,9
Coletivo não identificado	441	424	422	-0,5	-4,3
Não informado	83.104	68.510	65.690	-4,1	-21,0
TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	47.049.230	47.669.487	48.103.656	0,9	2,2

Fonte: <https://www.iess.org.br/cms/rep/NAB58.pdf>

Já os planos exclusivamente odontológicos tiveram 7,5% a mais de vínculos em abril deste ano em relação ao mesmo mês de 2020, atingindo o patamar de 27,7 milhões de beneficiários. O aumento foi registrado tanto nos planos individuais ou familiares (15,3%, entre abril de 2020 e 2021) quanto nos coletivos (6,1%, no mesmo período), como apresentado no quadro abaixo.

Beneficiários de planos exclusivamente odontológicos por tipo de contratação.					
TIPO DE CONTRATAÇÃO	ABR/20	JAN/21	ABR/21	% VARIAÇÃO	
				ABR/21 A JAN/21	ABR/21 A ABR/20
Individual ou familiar	4.106.469	4.629.124	4.734.480	2,3	15,3
Total de coletivos	21.638.293	22.488.741	22.947.538	2,0	6,1
Coletivo empresarial	19.121.938	19.718.702	20.154.015	2,2	5,4
Coletivo por adesão	2.514.568	2.768.309	2.791.798	0,8	11,0
Coletivo não identificado	1.787	1.730	1.725	-0,3	-3,5
Não informado	8.612	7.837	7.685	-1,9	-10,8
TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	25.753.374	27.125.702	27.689.703	2,1	7,5

Fonte: <https://www.iess.org.br/cms/rep/NAB58.pdf>

PROJEÇÃO DA ARRECADAÇÃO

Introdução

A tarefa de se projetar o desempenho de setores econômicos não é trivial. Ainda mais quando se trata de um segmento tão peculiar como é o setor de seguros em razão da sua grande variedade de produtos e da forma como ele se relaciona com as demais atividades econômicas.

Não bastasse esse nível de complexidade, a eclosão da pandemia da Covid-19 e todas as suas consequências sociais, econômicas e políticas tornaram mais difícil a elaboração de projeções de desempenho do setor de seguros com um mínimo de confiabilidade quanto aos resultados apresentados. Diante desse cenário, a CNseg considerou adequado suspender a divulgação de suas projeções de evolução da arrecadação do setor de seguros no ano passado.

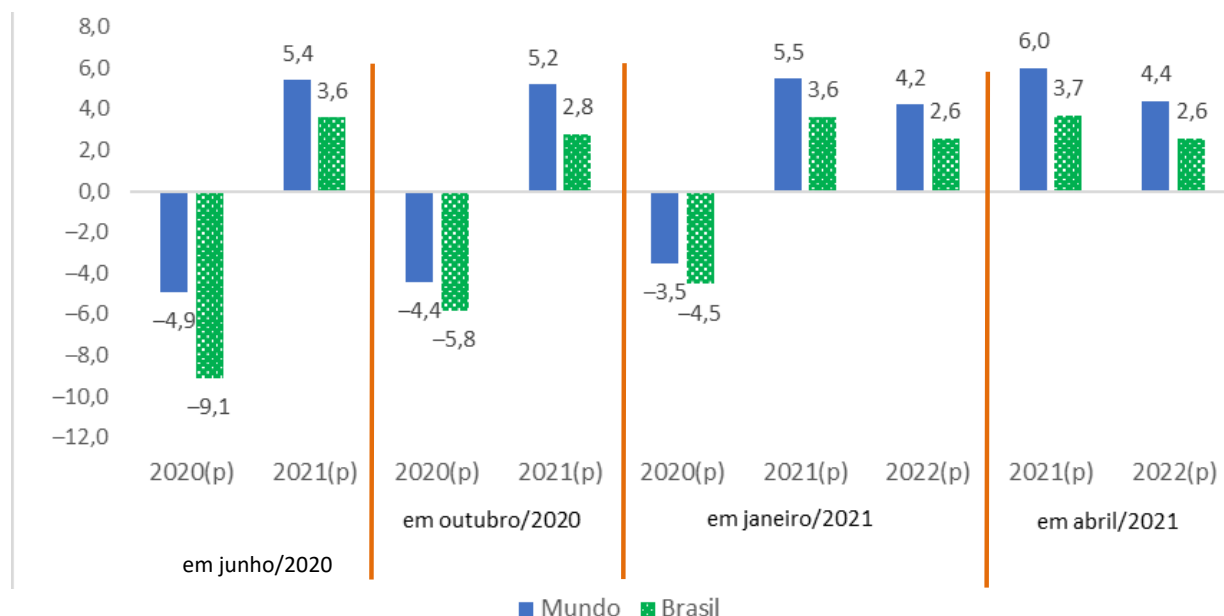
A CNseg, entretanto, não deixou de continuar aprimorando suas atividades nesse período. Aproveitou-se da oportunidade para rever os modelos, um processo que contou não somente com a expertise dos profissionais da CNseg, como também das Federações setoriais e de nossas associadas, que melhores do que ninguém têm a sensibilidade de quais fatores são relevantes para a evolução de cada produto oferecido pelo setor de seguros brasileiro.

Retrospectiva

Em junho do ano passado, o FMI, em seu re-

latório World Economic Outlook, previu retração de 4,9% para economia mundial e de 9,1% para o PIB brasileiro em 2020. Para 2021, a previsão do PIB mundial era crescimento de 5,4% e para o brasileiro, 3,6%. Naquela ocasião, muitos países já haviam adotado lockdowns severos, os indicadores mostravam que haveria uma contração mais intensa no segundo trimestre e o Brasil estava passando pelo auge da crise com elevado número de pessoas contaminadas pela Covid-19. A exceção foi a China, que já havia passado pela pior fase da pandemia e a maior parte do país estava retornando à normalidade das atividades econômicas no início de abril. Entretanto, à medida que os países colocavam em prática planos para contenção de danos e de apoio financeiro aos mais afetados, com expansão monetária e fiscal, os números começaram a mostrar que a recuperação poderia ser mais rápida do que prevista. Na última atualização do relatório, em abril deste ano, o FMI melhorou a estimativa de crescimento global em 2021, para 6,0%, e 4,4%, em 2022, tendo como base o apoio fiscal adicional adotado por grandes economias e a evolução da vacinação, que permitirá a retorno contínuo da atividade econômica e da mobilidade urbana. Os analistas do FMI citam que: “Graças a uma resposta política sem precedentes, a recessão pela Covid-19 provavelmente deixará cicatrizes menores do que a crise financeira global de 2008”¹. Para o PIB brasileiro, a previsão do órgão para 2021 também cresceu, projetando avanço de 3,7% em 2021.

FMI - Projeções % para o PIB



Fonte: www.imf.org

Cenários Macroeconômicos

Com base nas projeções de mercado compiladas pelo Relatório Focus do Banco Central do Brasil e de modelos estatísticos univariados estimados com dados disponíveis até a data de corte², a Superintendência de Estudos e Projetos da CNseg, com colaboração do economista Luiz Roberto Cunha, da PUC-Rio, elabora os cenários macroeconômicos para as variáveis exógenas utilizadas na estimação dos modelos de projeção de arrecadação dos mais diversos ramos e agrupamentos de ramos da atividade seguradora.

O resultado da análise dessas variáveis, de suas inter-relações e da coerência interna de cada cenário pode ser visto na tabela³ a seguir, que apresenta os cenários elaborados para as principais

variáveis macroeconômicas utilizadas no exercício das projeções.

	Valores propostos - Cenários	
	2021	
	Cenário Pessimista	Cenário Otimista
PIB real (variação)	2,95%	4,08%
PIB indústria real (variação)	2,00%	5,10%
SELIC	4,75%	6,25%
IGP-M (variação)	21,02%	12,50%
IPCA (variação)	4,50%	5,75%
Produção industrial (variação)	0,33%	8,34%
Câmbio (R\$/US\$)	6,00	4,90

Fonte: Intervalos elaborados com base no Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 10/05/2021.

Nota: Os valores podem diferir daqueles do Relatório Focus, pois eles servem apenas de base para elaboração dos cenários.

Nota: 1 Fonte: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2021/03/23/world-economic-outlook-april-2021>. Tradução livre.

2 11/05/2021.

3 O conjunto de variáveis exógenas utilizadas nos diversos modelos de projeção de arrecadação é muito mais amplo do que o reproduzido aqui, contando atualmente com cerca de 50 séries temporais, todas oriundas de bases de dados públicas.

A construção das projeções

Para 2021, as projeções macroeconômicas e suas correlações com o desempenho do setor de seguros foram construídas a partir de cenários pessimista e otimista, avaliados sob o aspecto da curva de contaminação pela Covid-19, principalmente pelo surgimento das novas variantes do vírus que têm se mostrado mais transmissíveis associado à evolução da vacinação. Estes são considerados fatores preponderantes para o ritmo da recuperação econômica. No âmbito das ações governamentais, foram avaliadas as consequências das políticas fiscais de apoio à manutenção da renda e do emprego, como também seus efeitos na relação dívida/PIB. Até maio deste ano⁴, o governo federal havia desembolsado mais de R\$ 592 bilhões em ações de apoio financeiro para o enfrentamento da pandemia, com a maior parte destinada ao auxílio emergencial, sendo esses gastos financiados pelo aumento da dívida pública. Com isso, o andamento das reformas estruturantes (sendo as mais relevantes as reformas administrativa e tributária) ditará o comportamento futuro da economia brasileira.

No cenário pessimista, considerou-se a reação da economia a uma outra onda de contágio pelas novas variantes do vírus acompanhada da lentidão na vacinação, que pode acarretar novas medidas de contenção da mobilidade social no decorrer de 2021, prejudicando a recuperação da atividade econômica, especialmente no setor de serviços, que tem grande peso no PIB brasileiro. Assim, seria necessária a continuidade dos gastos do governo com novas medidas de incentivo à manutenção do emprego e renda, como a prorrogação do auxílio emergencial. Essas novas medidas poderiam comprometer crescimento do PIB no futuro, além de gerar dúvidas quanto ao financiamento da dívida pública. Nesse sentido, a projeção para a atividade econômica em 2021 ficaria em 2,95%, abaixo do carregamento estatís-

tico que está em torno de 3,60%. Para as demais variáveis, considerando seus efeitos no setor de seguros, estimou-se a inflação medida pelo IPCA em 4,50% e a taxa Selic poderia chegar a 4,75% a.a.

Por outro lado, no cenário otimista, admitiu-se o controle da disseminação da Covid-19, com a ampliação da vacinação e eventuais surtos de contaminação sendo mais rapidamente controlados. Assim, o retorno da atividade econômica poderia ocorrer de forma mais acelerada no segundo semestre, principalmente no setor de serviços. O efeito positivo dos benefícios concedidos pelo governo federal, no tempo necessário e sem exceder a capacidade de endividamento, apresentaria resultados positivos na sustentação da renda das famílias e no estímulo ao consumo. A retomada do crescimento abre espaço para avanço da agenda das reformas estruturais, de modo que a trajetória dívida/PIB se apresente de forma sustentável. Nesse cenário, foi projetado um crescimento do PIB de 4,08% em 2021. A inflação medida pelo IPCA mais alta no cenário otimista, 5,75%, está associada ao aquecimento da economia brasileira e ao forte crescimento da economia mundial, que em parte se manifesta no aumento dos preços de bens e serviços demandados, além do maior custo de insumos com os altos preços das commodities. A taxa Selic foi estimada em 6,25%, pois na última reunião do COPOM, em maio, conforme citado anteriormente, foi sinalizada a continuidade do aumento da taxa básica de juros como um processo de normalização parcial do estímulo monetário.

Especificamente para esse exercício de cenários, no pessimista, foi projetado o IGP-M mais alto, 21,02%, pressionado pela taxa de câmbio também mais alta, R\$/US\$ 6,00. Um dos componentes do IGP-M é o IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo), que representa 60% do Índice Geral de Preços. O IPA registrou alta de 50,21% no acumu-

Nota: 4 Posição em 02/06/2021, corrigida pelo IPCA, conforme consulta realizada no Painel do Cidadão do Senado Federal: <<http://www9.senado.gov.br/QvAJAXZ-fc/opendoc.htm?document=senado%2Fsigabrazilpainelcidadao.qvw&host=QV5%40www9&anonymous=true&Sheet=shOrcamentoVisaoGeral>>

lado em 12 meses até maio de 2021 e tem sido muito pressionado pelos preços das commodities, principalmente aquelas que são utilizadas como matéria-prima. No cenário otimista, foi considerado que o câmbio se mantém em torno de R\$/

US\$ 4,90, como resultado da superação (ainda que parcial) de problemas que fazem o real estar tão depreciado, e o IGP-M desacelera no segundo semestre, encerrando 2021 em 12,50%.

Resultados da Projeção

Projeção de Arrecadação do Mercado Segurador - crescimento nominal

	Arrecadação 2020 (em R\$ Bi)	Projeção Atual 2021/2020		Projeção Anterior 2021/2020	
		Cenário Pessimista	Cenário Otimista	Cenário Pessimista	Cenário Otimista
RAMOS ELEMENTARES s/ DPVAT	78,33	6,6%	14,8%	3,2%	12,1%
Automóveis	35,26	-1,7%	6,4%	1,0%	6,5%
Patrimonial	14,62	8,2%	17,0%	6,2%	13,3%
Massificados	10,48	9,6%	17,0%	5,8%	12,1%
Grandes Riscos	3,55	2,2%	14,0%	8,1%	17,1%
Risco de Engenharia	0,59	-6,0%	8,8%	2,5%	10,0%
Habitacional	4,51	9,9%	15,8%	5,2%	13,0%
Transportes	3,36	16,1%	22,0%	-0,3%	10,0%
Embarcador Nacional	0,92	15,5%	21,7%	3,9%	9,8%
Embarcador Internacional	0,66	11,0%	20,9%	0,7%	9,6%
Transportador	1,78	18,2%	22,5%	-2,9%	10,2%
Crédito e Garantia	5,31	5,5%	15,0%	8,8%	21,3%
Garantia Estendida	3,05	3,9%	11,4%	3,9%	9,9%
Responsabilidade Civil	2,59	23,0%	30,0%	3,5%	22,0%
Rural	6,88	29,4%	37,0%	15,4%	31,9%
Marítimos e Aeronáuticos	1,19	36,0%	50,0%	-7,2%	10,6%
Outros	1,56	6,8%	20,7%	-38,7%	1,3%
COBERTURAS DE PESSOAS	172,46	6,0%	6,7%	6,3%	8,4%
Planos de Risco	47,76	8,2%	9,2%	3,7%	9,2%
Seguro Coletivo	33,76	7,9%	8,9%	4,5%	9,5%
Seguro Individual	11,65	12,3%	13,3%	5,0%	9,3%
Planos Tradicionais	2,35	-8,5%	-7,5%	-13,7%	4,3%
Planos de Acumulação	124,70	5,2%	5,7%	7,3%	8,1%
Família VGBL	112,71	5,4%	6,0%	7,5%	8,3%
Família PGBL	11,05	1,9%	2,1%	4,1%	4,6%
Planos Tradicionais	0,94	19,3%	21,3%	17,3%	19,1%
CAPITALIZAÇÃO	22,93	-2,5%	6,0%	-2,5%	7,3%
SAÚDE* (Arrecadação)	169,77	4,4%	10,0%	4,5%	9,4%
MERCADO s/DPVAT	443,48	5,0%	9,4%	4,6%	9,4%
MERCADO s/ SAÚDE e s/DPVAT	273,72	5,5%	8,9%	4,7%	9,4%
DPVAT	0,33	--	--	--	--
MERCADO	443,81	--	--	--	--

Notas: DIOPS (ANS) - Dados até: 4º trimestre de 2020.

SES (SUSEP) - Dados até: março de 2021.

Utiliza-se como arrecadação de saúde a conta 311 - Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos oriundos da ANS podem estar aqui apresentados de forma diferente e sem considerar ajustes pontuais praticados pela FenaSaúde

Atualizado em maio de 2021.

Projeção anterior: março de 2021.

Os valores 2021 poderão sofrer alterações pelas Federações.

Em 2020, o seguro Automóvel foi fortemente impactado pela queda nas vendas de veículos. O volume de emplacamentos acumulou queda de 28,57% em 2020, em comparação com o mesmo período de 2019, conforme dados divulgados pela Fenabreve (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores). Outro fator que impactou a arrecadação do seguro de Automóvel no ano passado foi a ampliação de incentivos para reduzir os valores da renovação, que fez parte de uma série de benefícios disponibilizados aos segurados em razão da crise financeira provocada pela pandemia. Para este ano, as seguradoras têm se empenhado na oferta de novos produtos e há uma perspectiva muito positiva do mercado com a oferta do seguro intermitente (Circular nº 592, de 26 de agosto de 2019). A partir desses fatores, é esperado crescimento na arrecadação de até 6,4%. No cenário pessimista, para o recuo de 1,7% foi considerado o impacto negativo da redução na oferta de veículos novos, cuja produção tem sido afetada pela falta de insumos, que são importados e que tem gerado a suspensão temporária da produção em algumas montadoras, além de queda na renda por uma possível retração econômica - citada na análise dos cenários macroeconômicos.

O grupo Patrimonial foi um dos grandes destaques do cenário pós-pandemia, com reconhecimento por parte dos clientes da importância em proteger seus bens pessoais e profissionais. Como exemplo, a demanda pelo seguro Residencial no grupo Massificados aumentou pelo fato de as pessoas passarem mais tempo em suas residências, seja por conta do teletrabalho, seja pela necessidade de distanciamento social. Nesse sentido, é esperado que os seguros Massificados mantenham a trajetória positiva entre 9,6% no cenário pessimista e 17,0% no cenário otimista em 2021.

Os seguros de Grandes Riscos e Riscos de Engenharia dependem muito da atividade econômica, e a retomada da economia em 2021 será fator primordial para o desempenho desses seguros. Para esse ano, os índices de Confiança

da Indústria (ICI) e Empresarial (ICE) já esboçam recuperação, e o comportamento da pandemia será o principal fator a ser observado para ajuste das expectativas da indústria e dos empresários.

O seguro Habitacional tem mantido uma taxa de crescimento contínua, mesmo na pandemia. A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) projeta um crescimento de 4% no Produto Interno Bruto (PIB) do segmento em 2021. Nesse cenário, é esperado avanço no seguro Habitacional entre 9,9% no cenário pessimista e 15,8% no cenário otimista em 2021.

O Índice ABCR que mede o fluxo de veículos que trafegam nas rodovias brasileiras tem apresentado recuperação. Os dados acumulados em 12 meses até abril de 2021 apontam crescimento de 3,7% no fluxo de veículos total e 11,4% no fluxo de veículos pesados. Os transportes são essenciais na retomada na atividade econômica, para garantir o abastecimento tanto do mercado interno como do externo. Nesse sentido, foi projetado crescimento entre 16,1% e 22,0% para os seguros de Transporte em 2021.

Os seguros de Crédito e Garantia apresentaram crescimentos mensais recordes em 2020, acumulando no ano alta de 17,8%. Os bons resultados do grupo são impulsionados pelos seguros de D&O (Director & Officers) que ampliaram a arrecadação em 52,4% no ano passado comparado com o ano imediatamente anterior. A projeção para 2021 segue positiva, com avanço 30,0% no volume de prêmios no cenário otimista e 23,0% no cenário pessimista em 2021.

O fechamento do comércio em razão do distanciamento social afetou de sobremaneira o seguro Garantia Estendida. Foram seis meses de quedas mensais consecutivas na arrecadação, com retorno expressivo de dois dígitos nos quatro últimos meses do ano passado. Entretanto, mesmo com essa recuperação, o produto encerrou o ano com queda de 6,3% no acumulado do ano. Para 2021, considerando o retorno do comércio às suas atividades de forma plena, queda na taxa

de desemprego e aumento da renda nominal, foi projetado crescimento no volume de prêmios entre 3,9% e 11,4%.

O governo federal liberou R\$ 693 milhões para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) em 2021. Esse montante corresponde a 71% de um total de R\$ 976 milhões previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA). Em continuidade ao cenário positivo observado no ano passado, a expectativa é de que o crescimento do seguro Rural em 2021 fique entre 29,4% e 37,0%.

Os seguros de Cobertura de Pessoas responderam de forma heterogênea aos eventos de 2020. O aumento na procura pelos seguros de Vida e Prestamista deve continuar em 2021, por isso projetamos um avanço entre 8,2% e 9,2% para o grupo.

Os Planos de Acumulação, que foram muito afetados pela queda na renda e na taxa de juros, amargaram meses de quedas expressivas nas contribuições no ano passado e encerraram o ano com um recuo de 1,4% sobre 2019. Para 2021, o retorno à retomada da atividade econômica, com queda na taxa de desemprego e o aumento da renda promoveriam crescimento de até 5,7% nos Planos de Acumulação. Conjugando o desempenho desses dois grupos, o crescimento do segmento Cobertura de Pessoas em 2021 foi projetado entre 6,0% no cenário pessimista e 6,7% no cenário otimista.

Para os Títulos de Capitalização, que também dependem muito da renda e da disponibilidade de realizar poupança por parte da população projetamos um recuo de 2,5% no cenário pessimista e avanço de 6,0% no cenário otimista.

O segmento de Saúde Suplementar cresceu, em 2020, 5,1% quando comparado com o ano anterior. O número de beneficiários aumentou 2,41% em dezembro de 2020 (74.638.283) sobre dezembro de 2019 (72.881.248). Os resultados são considerados positivos, mesmo com o aumento do desemprego, pois a maior parte dos planos são coletivos empresariais. A perspectiva é de que o segmento de Saúde Suplementar avance em 2021 entre 4,4% e 10,0% no volume de contraprestações líquidas. Entretanto, é importante observar que parte desse crescimento estará influenciado pelo reajuste dos planos de saúde individuais que não ocorreu em 2020 e será cobrado de forma parcelada em 2021.

De forma geral, com os segmentos de seguros comportando-se de forma distinta, estimou-se que, para 2021, o setor de seguros poderá crescer entre 5,0% e 9,4% (sem DPVAT) e entre 5,5% e 8,9% (sem DPVAT e sem Saúde Suplementar). Porém, devido ao alto grau de incerteza sobre a evolução da pandemia e seus efeitos na economia, esses resultados são preliminares e serão revistos a cada três meses no decorrer do ano.

GLOSSÁRIO

Arrecadação do Setor Segurador: Contempla o prêmio direto de seguros, prêmio emitido em regime de capitalização, contribuição em previdência, faturamento de capitalização e contraprestação de saúde suplementar.

Arrecadação per capita: proporção da arrecadação do Setor Segurador sobre a População Brasileira.

Ativo do Setor Segurador: Recursos econômicos na forma de bens e direitos em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia.

Captação líquida de Capitalização: Diferença entre o faturamento de Capitalização e o total dos seus resgates.

Captação líquida dos Planos de Acumulação: Diferença entre a soma das contribuições de previdência e do prêmio emitido em regime de capitalização de VGBL e a soma dos resgates de previdência e de VGBL. Aplicável somente a esses planos.

Contraprestação de Saúde Suplementar: Contraprestação líquida/prêmios retidos para coberturas assistenciais Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Contribuição de Previdência: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio do plano de previdência.

Despesa administrativa do Setor Segurador: Despesas administrativas em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Despesas de comercialização do Setor Segurador: Despesas de comercialização e custos de aquisição agregados em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Faturamento de Capitalização: Faturamento com títulos de capitalização líquida de devolução e cancelamento.

FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, gerido pela Caixa Econômica Federal, criado com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa, mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho, formando poupança compulsória que pode ser usada em momentos especiais.

Focus: Relatório semanal divulgado pelo Banco Central do Brasil com estatísticas-resumo de expectativas de agentes de mercado para variáveis macroeconômicas.

IGP-M: Índice Geral de Preços, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Indenização de Saúde Suplementar: Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos de cobertura assistencial Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Instrumento de Garantia: tem por objetivo propiciar que a provisão matemática para capitalização do título de capitalização seja utilizada para assegurar o cumprimento de obrigação assumida em contrato principal pelo titular perante terceiro.

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor-Ampliado calculado pelo IBGE.

Penetração do Setor Segurador no PIB:

Proporção da Arrecadação do Setor Segurador sobre o Produto Interno Bruto.

PIB: Produto Interno Bruto, a soma do valor de todos os bens e serviços finais produzidos no país em determinado período.

PIB mensal: Produto Interno Bruto Nominal mensal, calculado e publicado pelo Banco Central do Brasil (proxy mensal para o PIB Nominal oficial, calculado pelo IBGE).

PIM-PF: Produção Industrial Mensal - Produção Física, do IBGE.

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE.

População Brasileira: Número de habitantes no território nacional publicado pelo IBGE com base em informações dos registros de nascimentos e óbitos, dos censos demográficos e das contagens de população intercensitárias.

Prêmio Direto de Seguros: Emissão de prêmio líquida de cancelamento e restituição.

Prêmio Emitido em Regime de Capitalização: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio de seguros estruturados no regime financeiro de capitalização.

Provisão do Setor Segurador: Passivo contabilizado pelo Mercado Segurador para refletir as obrigações futuras advindas dos compromissos assumidos com os contratantes de suas operações.

Resgate e benefício de Previdência: Valor correspondente a cada um dos resgates e benefícios destinados à cobertura do plano de previdência.

Selic: Taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil.

Sinistralidade: Contempla sinistralidade de seguros e saúde suplementar

Sinistralidade de Saúde Suplementar: proporção de indenização de saúde suplementar sobre a contraprestação de saúde suplementar.

Sinistralidade de Seguros: proporção do sinistro ocorrido sobre o prêmio ganho.

Sinistro ocorrido/indenização/sorteio/resgate/benefício do Setor Segurador: Contempla o sinistro ocorrido de seguros, resgate e benefício de previdência, sorteio e resgate de capitalização e indenização de saúde suplementar.

Sinistro ocorrido de Seguros: Indenizações avisadas, despesas relacionadas a seguros, retrocessões aceitas, variação das provisões de sinistro e serviços de assistência, líquido dos salvados e ressarcidos avisados e de sua variação do ajuste da PSL. Considera as parcelas administrativas e judiciais, consórcios e fundos e despesas com benefícios em regime de capitalização e repartição de capitais de cobertura para seguros.

Sorteio e resgate de Capitalização: Valor correspondente aos prêmios de sorteios e resgates pagos com títulos de capitalização.

CONSELHO DIRETOR

com mandato de 30/04/2019 a 29/04/2022



Presidente

Marcio Serôa de Araujo Coriolano

1º Vice-Presidente

Roberto de Souza Santos
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais

Vice-Presidentes

Gabriel Portella Fagundes Filho
Sul América Companhia Nacional de Seguros

Ivan Luiz Gontijo Junior
Bradesco Seguros

Luciano Snel Corrêa
Icatu Capitalização S/A

Vice-Presidentes Natos



Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade
Federação Nacional de Seguros Gerais



João Alceu Amoroso Lima
Federação Nacional de Saúde Suplementar



Jorge Pohlmann Nasser
Federação Nacional de Previdência Privada e Vida



Marcelo Gonçalves Farinha
Federação Nacional de Capitalização

Diretores

Edson Luís Franco
Zurich Minas Brasil Seguros S/A

Eduard Folch Rue
Allianz Seguros S/A

Fernando Perez-Serrabona Garcia
Mapfre Previdência S/A

Francisco Alves de Souza
COMPREV Vida e Previdência S/A

José Adalberto Ferrara
Tokio Marine Seguradora S/A

Leonardo Deeke Boguszewski
Junto Seguros S/A

Márcio Hamilton Ferreira
Brasilprev Seguros e Previdência

Murilo Setti Riedel
HDI Seguros S/A

Nilton Molina
Mongeral AEGON Seguros e Previdência S/A

Patrícia Andrea Freitas Velloso dos Santos
Prudential do Brasil Seguros de Vida S/A

Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão
Sinaf Previdencial Cia. de Seguros

Pedro Pereira de Freitas
American Life Companhia de Seguros S/A

Diretor Nato

Luiz Tavares Pereira Filho
Consultor Jurídico da Presidência da Fenaseg

DIRETORIA EXECUTIVA

Alexandre Leal – Diretor Técnico e de Estudos

Luiz Tavares Pereira Filho – Consultor Jurídico da Presidência da Fenaseg

Miriam Mara Miranda – Diretora de Relações Institucionais

Paulo Annes – Diretor de Administração, Finanças e Controle

Solange Beatriz Palheiro Mendes – Diretora de Relações de Consumo e Comunicação



Confederação Nacional
das Seguradoras

70 ANOS

1951 >> 2021